

## **ITEM N.º 34 DA RESOLUÇÃO TC Nº 216/2023.**

### **D E C L A R A Ç Ã O**

Declaro para fins de prova junto ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, a composição e os dados pessoais dos membros dos Órgãos Colegiados do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba – ITACURUBA PREV no exercício de 2023, na forma abaixo:

**CONSELHO FISCAL** – Art. 66, §6º da Lei Municipal nº 010/2009 e Portaria Municipal nº 006/2023, de 12 de janeiro de 2023.

**I – REPRESENTATIVIDADE: ENTE - PODER EXECUTIVO**

**Titular e Presidente:** ELOIZA ALVANIRA GUEDES DE SÁ TORRES

CPF: 072.436.664-42

**Suplente:** EMANUAL GUEDES DE SÁ TORRES

CPF: 065.319.214-20

**II – REPRESENTATIVIDADE: CÂMARA DE VEREADORES - PODER LEGISLATIVO**

**Titular:** RIVÂNIA FREIRE DE ALMEIDA CUSTÓDIO

CPF: 993.699.234-20

**Suplente:** RINALDO ANTÔNIO DE ALMEIDA

CPF: 034.614.384-56

**III – REPRESENTATIVIDADE: SERVIDORES EFETIVOS - SEGURADOS**

**Titular:** ROSINEIDE FREIRE DE BARROS CARVALHO

CPF: 027.756.564-20

**Suplente:** IZADORA ALMEIDA LIMA

CPF: 066.529.894-33

**IV – REPRESENTATIVIDADE: APOSENTADOS E PENSIONISTAS - SEGURADOS**

**Titular:** MARIELZA DOS SANTOS SILVA

CPF: 439.583.204-06

**Suplente** JOSÉ JAILTON DOS SANTOS

CPF: 310.437.474-00

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS** – Art. 68, §1º da Lei Municipal nº 001/2014 e Portaria nº 007/2023, de 12 de janeiro de 2023.

**I – O DIRETOR PRESIDENTE DO ITACURUBA PREV**

ANDRÊZA FERREIRA BORBA CANTARELLI

CPF: 024.838.704-90

**II – O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DO ITACURUBA PREV**

POLIANA CARVALHO DE SÁ LEONARDO

CPF: 055.670.754-05

**III – O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO RPPS**

LEONCIO CARLOS ALVES DOS SANTOS  
CPF: 734.019.604-82

**IV – O PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DO RPPS**

ELOIZA ALVANIRA GUEDES DE SÁ TORRES  
CPF: 072.436.664-42

**CONSELHO DELIBERATIVO – Art. 64 da Lei Municipal nº 010/2009 e Portaria Municipal nº 017/2023, de 28 de abril de 2023.**

**I – REPRESENTATIVIDADE: ENTE - PODER EXECUTIVO**

**Titular e Presidente:** LEONCIO CARLOS ALVES DOS SANTOS

CPF: 734.019.604-82

**Suplente:** IONE MARIA DOS SANTOS FRANÇA

CPF: 792.844.504-20

**Titular:** HELKA FRANCELINA FREIRE

CPF: 059.861.184-54

**Suplente:** LIEBERT LUIZ DA SILVA

CPF: 054.972.654-30

**II – REPRESENTATIVIDADE: CÂMARA DE VEREADORES - PODER LEGISLATIVO**

**Titular:** WILLYAN CÉSAR CAVALCANTE NOVAES

CPF: 103.739.654-51

**Suplente:** WERICRE GONÇALVES DOS SANTOS

CPF: 052.795.254-05

**III – REPRESENTATIVIDADE: SERVIDORES EFETIVOS – SINDICATO/SEGURADOS**

**Titular:** JOSENILTON JOSÉ DA SILVA

CPF: 843.836.824-72

**Suplente:** JACQUELLINE MARIA DA SILVA COSTA

CPF: 061.324.574-10

**Titular:** ANTONIO CARLOS DA SILVA

CPF: 800.917.504-82

**Suplente:** ADRIANA RITA DA SILVA

CPF: 030.913.744-67

**IV – REPRESENTATIVIDADE: APOSENTADOS E PENSIONISTAS - SEGURADOS**

**Titular:** RISELANE SOARES SILVA FREIRE

CPF: 022.162.554-24

**Suplente:** LÍCIA MARTA DE CARVALHO SÁ

CPF: 310.451.204-30

Itacuruba, 29 de janeiro de 2024.

**Andrêza Ferreira Borba Cantarelli**  
Diretora Presidente



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

**LEI Nº 010/2009**

A PRESENTE LEI FOI PUBLICADA NO  
MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE  
ITACURUBA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2009

Secretário de Finanças

**Ementa:** Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itacuruba - Itacuruba Prev, em consonância com as Emendas Constitucionais Nº 20/1998, 41/2009 e 47/2005.

**A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ITACURUBA**

**DECRETA:**

## **TÍTULO I**

### **DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA FINALIDADE**

Art. 1º - Fica instituído, nos termos desta Lei e das Emendas Constitucionais nº 20, de 15 de dezembro de 1998, nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nº 47, de 05 de julho de 2005, o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itacuruba, do Estado de Pernambuco, de que são beneficiários os servidores públicos municipais efetivos, ativos e inativos, e seus dependentes, com o fim de lhes assegurar aposentadoria, cobertura nos eventos de invalidez, doença, reclusão, morte e proteção à maternidade e à família.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

**Art. 2º** – Fica criado, nos termos do art. 37, inciso XIX da Constituição Federal, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITACURUBA-ITACURUBA PREV**, autarquia municipal, com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira.

**Parágrafo único**– O ITACURUBA PREV terá como sede e foro o Município de Itacuruba, ficando vinculado à Secretaria de Administração do Município, e sua duração será por prazo indeterminado.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS**

**Art. 3º** - O ITACURUBA PREV reger-se-á pelos seguintes princípios básicos:

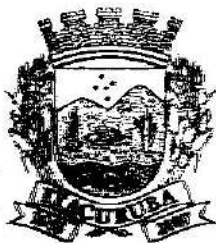
I - Universalidade de participação dos servidores municipais efetivos, ativos e inativos e seus dependentes, no plano previdenciário, mediante contribuição;

II - Participação ativa de representantes dos segurados nos órgãos colegiados e instâncias de decisão incumbidos de sua gestão;

III - Financiamento, mediante recursos provenientes do Tesouro Municipal, das contribuições compulsórias dos servidores efetivos, ativos e inativos, dos pensionistas e de outras fontes;

IV - Vedação de criação, majoração ou extensão de qualquer benefício ou serviço de seguridade social sem a correspondente fonte de custeio;





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

V - Subordinação das aplicações de reservas, fundos e provisões a padrões mínimos adequados de diversificação, liquidez e segurança econômico-financeira, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;

VI - Revisão dos proventos de aposentadoria e das pensões nos termos da Constituição Federal;

VII - Valor mensal das aposentadorias e pensões não inferior ao salário mínimo;

VIII - Observância, no que couber, dos requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social;

IX - Pleno acesso dos beneficiários às informações oriundas dos órgãos de gestão onde seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

X - Registro e controle das contas e provisões do ITACURUBA PREV de forma distinta e apartada da conta do Tesouro Municipal;

XI - Registro individualizado das contribuições de cada beneficiário e dos entes estatais do Município;

XII - Escrituração contábil de acordo com as normas gerais de contabilidade definidas na Portaria MPAS nº 916, de 15.07.2003;

XIII - Vedação de utilização dos recursos, bens, direitos e ativos do ITACURUBA PREV para:

a) empréstimos de qualquer natureza, inclusive aos entes estatais do Município e aos segurados e beneficiários;

b) prestação assistencial, médica e odontológica; e



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

c) aplicação em títulos públicos, com exceção de títulos de emissão do Governo Federal ou autorizado por Legislação Federal.

## **TÍTULO IX**

### **DOS BENEFICIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Art. 4º - Os beneficiários do RPPS classificam-se em segurados e dependentes.

Art. 5º - Permanece filiado ao RPPS do Município de Itacuruba, na qualidade de segurado, o servidor ativo que estiver:

I - cedido a órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta de outro Ente Federativo, com ou sem ônus para o Município;

II - afastado ou licenciado, temporariamente, do cargo efetivo sem recebimento de remuneração paga pelo Município, observado o disposto no art. 58;

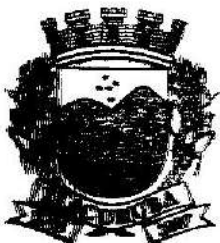
III - afastado do país por cessão ou licenciamento com remuneração;

§ 1º - O servidor efetivo requisitado à União, aos Estados, ao Distrito Federal ou a outros Municípios permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

§ 2º - O servidor ativo, exercente de mandato eletivo, permanece filiado ao RPPS, pelo cargo efetivo e se vincula ao RGPS pelo cargo de Vereador.

§ 3º - O segurado inativo, exercente de mandato eletivo, permanece filiado ao RPPS pelo cargo do qual está aposentado.

4



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

## **CAPÍTULO I**

### **DOS SEGURADOS**

**Art. 6º** - São segurados obrigatórios do RPPS deste Município:

I - o servidor público municipal titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, de suas Autarquias, inclusive de regime especial, e Fundações Públicas; e

II - os aposentados nos cargos citados no inciso I deste artigo.

§ 1º - Fica excluído do disposto no *caput* o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado por regime próprio de previdência social.

§ 2º - Nas hipóteses de acumulação legal previstas na Constituição Federal, o servidor de que trata este artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

**Art. 7º** - A perda da condição de segurado do RPPS ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - morte;

II - exoneração ou demissão;

III - cassação de aposentadoria;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

IV - cassação de disponibilidade.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS DEPENDENTES**

Art. 8º - São beneficiários do RPPS, na condição de dependente do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro, os filhos não emancipados, de qualquer condição, menores de vinte e um anos ou inválidos;

II - os pais;

III - irmãos não emancipados, de qualquer condição, menores de vinte e um anos ou inválidos;

§ 1º - A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I deste artigo é presumida e a das demais deve ser comprovada.

§ 2º - A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes.

§ 3º - Equiparar-se-ão ao cônjuge ou ao companheiro de união estável, nas condições do inciso I, o cônjuge separado judicialmente ou de fato e o divorciado, bem como o ex-companheiro de união estável aos quais tenha sido assegurada pensão alimentícia por decisão judicial.

§ 4º - Equiparar-se-ão aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado, e desde que comprovada a dependência econômica, o



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

enteado e o menor que, por determinação judicial, esteja sob sua tutela ou guarda e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 5º - A caracterização do vínculo descrito no § 4º requer a apresentação da certidão judicial de tutela ou guarda do menor e, em se tratando de enteado, da certidão de nascimento do dependente e da certidão de casamento do segurado ou de provas da união estável entre o segurado e o seu genitor.

§ 6º - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada nos termos da Legislação Federal.

§ 7º - Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

§ 8º - O reconhecimento de dependente, na condição de inválido, fica condicionado a parecer da junta médica oficial do Município.

Art. 9º - A perda da qualidade de dependente, para os fins do RPPS, ocorre:

I - Para o cônjuge, pelo abandono do lar reconhecido por sentença judicial transitada em julgado, anulação do casamento, separação judicial ou divórcio, salvo se houver prestação de alimentos;

II - Para o cônjuge de servidor falecido, pelo casamento ou estabelecimento de união estável;

III - Para o (a) companheiro (a), pela cessação da união estável com o (a) segurado (a), salvo se houver prestação de alimentos;





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

IV - Para o (a) companheiro (a) de servidor falecido, pelo casamento ou estabelecimento de união estável;

V - Para o filho e o irmão de qualquer condição, ao completarem vinte e um anos de idade, salvo se inválido ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior;

VI - Para os dependentes em geral:

a) pela cessação da invalidez ou da dependência econômica;

b) pela morte.

## **CAPITULO III**

### **DA INSCRIÇÃO DO SEGURADO E DOS SEUS DEPENDENTES**

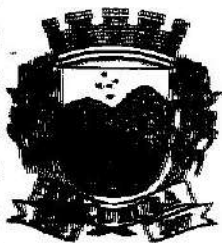
Art. 10 - A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo.

Art. 11 - Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetuado.

§ 1º - A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição pela junta médica oficial do Município.

§ 2º - As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

§ 3º - A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

## **TÍTULO III**

### **DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

**Art. 12** - Os benefícios previstos na presente Lei consistem em:

I - quanto aos segurados:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria voluntária por Idade;
- c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria compulsória;
- e) aposentadoria especial de professor;
- f) auxílio-doença;
- g) salário família; e.
- h) salário maternidade.

II - quanto aos dependentes:

- a) pensão por morte; e

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



b) auxílio-reclusão.

## **CAPÍTULO I**

### **DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ**

Art. 13 - A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz de readaptação para o exercício de seu cargo ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido.

§ 1º - A concessão da aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade do segurado, mediante perícia realizada por junta médica oficial do Município.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria por invalidez serão:

I - Integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, nos termos dos arts. 14 e 16;

II - proporcionais ao tempo de contribuição, quando a invalidez permanente do segurado não se enquadrar nas condições especificadas no inciso I deste artigo.

§ 3º - A aposentadoria por invalidez será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório.

§ 4º - Em caso de doença que impuser afastamento compulsório, com base em laudo conclusivo da medicina especializada, ratificado por junta médica oficial do



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

PERNAMBUCO

CNPJ: 10.114.502/0001-05

Município, a aposentadoria por invalidez independerá de auxílio-doença, observado o disposto no § 3º.

§ 5º - O pagamento do benefício da aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

§ 6º - Para os fins do disposto no § 5º, o ITACURUBA PREV expedirá ofício ao Juiz da Comarca solicitando a nomeação de curador.

§ 7º - O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno.

Art. 14 - Acidente em serviço é aquele que, ocorrido no exercício do cargo, se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 1º - Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;

b) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

c) **desabamento**, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;

III - a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo; e

IV - o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de serviço:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao município;

c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiado pelo município; e

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela.

§ 2º - Considera-se o servidor no exercício do cargo, nos intervalos da jornada diária de trabalho destinados a refeição ou descanso.

Art. 15 - Para o cálculo dos proventos a que se refere o art. 13, § 2º, observar-se-á o disposto no art. 39.

Art. 16 - Considera-se doença grave, contagiosa ou incurável, para o fim do disposto no art. 13, § 2º, I, tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, hanseníase, esclerose múltipla, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, insuficiência respiratória crônica, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

de imunodeficiência adquirida (AIDS), contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

## **CAPÍTULO II**

### **DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE**

Art. 17 - O servidor fará jus à aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados de acordo com o disposto no art. 39, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher;

II - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público; e

III - tempo mínimo de cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

## **CAPÍTULO III**

### **DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

Art. 18 - O servidor fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos calculados de acordo com o disposto no art. 39, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;





**II** - ~~trinta~~ e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; e,

**III** - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público; e

**IV** - tempo mínimo de cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA**

Art. 19 - O servidor que completar setenta anos de idade será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados de acordo com o disposto no art. 39.

Art. 20 - A aposentadoria será declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço.

Parágrafo Único - No dia em que completar setenta anos de idade, o servidor será afastado de suas atividades, mesmo que não tenha sido expedido o ato de aposentadoria compulsória, não sendo considerado, para nenhum efeito, o tempo em que permanecer em atividade após aquela data.

## **CAPÍTULO V**

### **DA APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSOR**

Art. 21 - O professor fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos calculados de acordo com o disposto no art. 39, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

14





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

**I -** ~~cinquenta~~ e cinco anos de idade, se homem, e cinquenta anos de idade, se mulher;

**II -** trinta anos de contribuição na função de magistério, se homem, e vinte e cinco anos de contribuição na função de magistério, se mulher; e

**III -** tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público; e

**IV -** tempo mínimo de cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

Art. 22 - Para os efeitos do disposto neste Capítulo, considera-se tempo de efetivo exercício na função de magistério a atividade docente de professor exercida exclusivamente em sala de aula.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO AUXÍLIO-DOENÇA**

Art. 23 - O auxílio-doença será concedido ao servidor incapacitado para o trabalho por prazo superior a quinze dias e pago, mensalmente, durante o período em que permanecer incapaz, podendo transformar-se em aposentadoria por invalidez após dois anos de sua concessão, sem interrupção, a critério da junta médica oficial do Município.

§ 1º - O auxílio-doença, por prazo superior a 30 trinta dias, será concedido a critério da junta médica oficial do Município.

§ 2º - O auxílio-doença, desde que preenchidos os requisitos para sua concessão, será devido a partir:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

PERNAMBUCO

CNPJ: 10.114.502/0001-05

**I – do décimo sexto dia do afastamento, quando requerido até trinta dias depois deste;**

**II – da data de entrada do requerimento, quando solicitado após o prazo previsto no inciso I.**

**§ 3º – Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro dos sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, considerar-se-á prorrogado o auxílio-doença, ficando o Município desobrigado do pagamento relativo aos primeiros quinze dias.**

**§ 4º – O segurado em gozo de auxílio-doença deverá submeter-se, sob pena de suspensão do pagamento do benefício, a exames médicos periódicos e a tratamentos, processos, readaptações profissionais e demais procedimentos prescritos pela junta médica oficial do Município.**

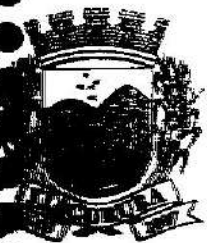
**Art. 24 – O auxílio-doença corresponderá ao valor da última remuneração do cargo efetivo percebido na data do afastamento.**

**Parágrafo único – O valor do benefício relativo ao primeiro e último mês será calculado de forma a corresponder, por dia de afastamento, a um trinta avos do valor da base de contribuição do segurado.**

## **CAPÍTULO VII**

### **DO SALÁRIO-FAMÍLIA**

**Art. 25 – Será devido o salário-família, mensalmente, ao segurado que receba remuneração igual ou inferior a R\$ 752,12 (setecentos e cinquenta e dois reais e doze centavos), na proporção do número de filhos ou equiparados, nos termos do art. 8º, de até quatorze anos ou inválidos.**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

§ 1º - O valor da cota do salário-família correspondente a cada filho ou equiparado, é de:

I - R\$ 25,66 (vinte e cinco reais e sessenta e seis centavos) para o segurado com remuneração mensal até R\$ 500,41 (quinhentos reais e quarenta e um centavos);

II - R\$ 18,08 (dezoito reais e oito centavos) para o segurado com remuneração superior a R\$ 500,41 (quinhentos reais e quarenta e um centavos) e igual ou inferior a R\$ 752,12 (setecentos e cinquenta e dois reais e doze centavos).

§ 2º - O direito ao salário-família será adquirido a partir da data do requerimento, desde que preenchidos os requisitos para sua percepção.

§ 3º - O valor limite previsto no caput será corrigido pelos mesmos índices de correção aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 4º - O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação:

I - da certidão de nascimento do filho ou da documentação do equiparado ou inválido;

II - do atestado anual de vacinação obrigatória até os sete anos; e

III - da frequência escolar semestral, nos meses de março e agosto de cada ano.

§ 5º - Os servidores inativos farão jus ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria.

*[Handwritten signature]*



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

§ 6º - As cotas do salário-família não se incorporarão para nenhum efeito aos proventos e pensões, não estando sujeitas a descontos de qualquer natureza, e sobre elas não incidirão quaisquer tributos, nem servirão de base para qualquer contribuição, ainda que previdenciária.

Art. 26 - Quando o pai e a mãe forem segurados nos termos desta Lei, e viverem em comum, ambos terão direito ao salário-família.

Parágrafo Único - Em caso de divórcio, separação judicial ou separação de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda de pátrio poder, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a cujo cargo ficar o sustento do menor, ou a outra pessoa, se houver determinação judicial nesse sentido.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DO SALÁRIO-MATERNIDADE**

Art. 27 - O salário-maternidade é devido à segurada gestante por 120 (cento e vinte dias) consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste.

§ 1º - Em casos excepcionais, os períodos de repouso, anterior e posterior ao parto, poderão ser aumentados em mais duas semanas, a critério da junta médica oficial do Município.

§ 2º - A concessão do salário-maternidade dependerá de apresentação da certidão de nascimento, inclusive de natimorto.

§ 3º - Ocorrendo aborto não criminoso, comprovado pela junta médica oficial do Município, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

§ 4º - Se por ocasião da concessão do salário-maternidade, for verificado que a segurada se encontra em gozo de auxílio-doença, este cessará, comunicando-se o fato à junta médica oficial do Município.

§ 5º - O benefício de que trata o *caput* será pago mensalmente e corresponderá ao valor da última remuneração do cargo efetivo percebido na data do afastamento.

§ 6º - O pagamento da remuneração correspondente a ampliação da licença - maternidade além do prazo previsto no *caput* deverá ser custeado com recursos do Tesouro do ente.

Art. 28 - À segurada que adotar criança, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção, é devido salário-maternidade nos seguintes períodos:

I - cento e vinte dias, se a criança tiver até um ano de idade;

II - sessenta dias, se a criança tiver entre um ano e quatro anos de idade;

III - trinta dias, se a criança tiver de quatro a oito anos de idade.

§ 1º - O salário-maternidade é devido à segurada independentemente de a mãe biológica ter recebido o mesmo benefício quando do nascimento da criança.

§ 2º - Para a concessão do benefício previsto no *caput* é indispensável que conste da nova certidão de nascimento da criança ou do termo de guarda, o nome da segurada adotante ou guardiã, bem como desta última, em se tratando de guarda para fins de adoção.

*Handwritten signature and initials*





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

§ 3º - O salário-maternidade não é devido quando o termo de guarda não contiver a observação de que é para fins de adoção ou só contiver o nome do cônjuge ou companheiro;

§ 4º - Quando houver adoção ou guarda judicial para adoção, de mais de uma criança, é devido um único salário-maternidade relativo à criança de menor idade, observando que, nos casos de cargos acumuláveis, a segurada fará jus ao salário-maternidade relativo a cada vínculo.

## **CAPÍTULO IX**

### **DA PENSÃO POR MORTE**

**Art. 29** - A pensão por morte será conferida ao conjunto dos dependentes do segurado, quando do seu falecimento, em valor correspondente à:

I - totalidade dos proventos integrais do segurado falecido na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de setenta por cento da parcela que exceder a esse limite;

II - totalidade da remuneração do segurado ativo no cargo efetivo em que se der o falecimento, acrescida das vantagens pessoais porventura incorporadas por este e às quais o servidor faça jus na forma da lei concessiva da vantagem, excluídas, em qualquer caso, as parcelas remuneratórias não incorporáveis na forma da lei que as concedeu, observado o limite máximo estabelecido no inciso I.

§ 1º - O valor limite a que se refere este artigo é corrigido anualmente pelo Ministério da Previdência Social.

§ 2º - A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observado o disposto no art. 43.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

§ 3º - O valor da pensão será rateado em cotas iguais entre todos os dependentes com direito ao seu recebimento.

§ 4º - Será revertida em favor dos demais dependentes, a parte daquele cujo direito à pensão se extinguir, procedendo-se a novo rateio entre os remanescentes.

§ 5º - Não será protelada a concessão do benefício pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§ 6º - Qualquer habilitação posterior que importe exclusão ou inclusão de dependente somente produzirá efeitos a partir da data em que ela se efetivar, não fazendo jus a qualquer valor correspondente ao período anterior ao requerimento.

Art. 30 - Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

Parágrafo único - A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com o reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo se comprovada a existência de má fé.

Art. 31 - A pensão será devida a contar da data:

I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;

21



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

**III - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I;**

**III - da decisão judicial, no caso declaração de ausência; ou**

**IV - da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.**

**Parágrafo único - No caso do disposto no inciso II, havendo dependente menor até dezesseis anos, será devida a sua cota parte a partir da data do óbito, desde que não se constitua em habilitação de novo dependente à pensão anteriormente concedida.**

## **CAPÍTULO X**

### **DO AUXÍLIO-RECLUSÃO**

**Art. 32 - Ao dependente do segurado recolhido à prisão, será devido auxílio-reclusão de valor mensal igual à última remuneração do cargo efetivo, desde que:**

**I - perceba remuneração mensal, igual ou inferior a R\$ 752,12 (setecentos e cinquenta e dois reais e doze centavos), encontrando-se esta suspensa pelos cofres públicos; e**

**II - não esteja em gozo de aposentadoria ou auxílio-doença.**

**§ 1º - O teto de remuneração previsto no inciso I será corrigido pelos mesmos índices de correção aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.**

**§ 2º - Em qualquer hipótese, o auxílio-reclusão somente será devido aos dependentes enquanto for mantida a qualidade de segurado.**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

§ 3º - O auxílio-reclusão será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do segurado.

§ 4º - O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos, sendo mantido enquanto durar a prisão.

§ 5º - Será mantido o auxílio-reclusão enquanto o segurado permanecer detento ou recluso e suspender-se-á a concessão quando da liberdade condicional, prisão em regime aberto, soltura ou fuga.

§ 6º - Na hipótese de fuga do segurado suspender-se-á o benefício, sendo restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período de fuga.

§ 7º - Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição do segurado e dos dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos em razão da prisão; e

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 8º - Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao ITACURUBA PREV pelo



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os mesmos juros e índices de correção incidentes na remuneração ressarcida.

§ 9º - Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições relativas à pensão por morte.

§ 10 - Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

## **CAPÍTULO XI**

### **DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO**

Art. 33 - Observado o disposto no art. 53, o servidor que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo da administração pública, até 16 de dezembro de 1998, poderá optar pela aposentadoria voluntária, com proventos correspondentes à média aritmética simples das suas maiores remunerações, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, em 16 de dezembro de 1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea "a".



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

PERNAMBUCO

CNPJ: 10.114.502/0001-05

§ 1º - O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos no inciso I do art. 18, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento para aquele que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º - O professor que até 16 de dezembro de 1998 tiver ingressado regularmente em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até aquela data contado com acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que venha a aposentar-se exclusivamente com o tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 3º - Às aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustadas de acordo com o disposto no art. 41.

Art. 34 - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas nos arts. 18, 21 ou 33, o servidor que tenha ingressado regularmente no serviço público até 31 de dezembro de 2003, fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no art. 21, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único - Observado o disposto no art. 37, XI da Constituição Federal, os proventos a que se refere o *caput* corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo-lhes assegurado quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

Art. 35 - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas nos arts. 18, 21, 33 ou 34, o servidor que tenha ingressado regularmente no serviço público até 16 de dezembro de 1998, fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria; e

*[Handwritten signature]*  
26





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único - Observado o disposto no art. 37, XI da Constituição Federal, os proventos a que se refere o *caput* corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo-lhes assegurado quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

Art. 35 - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas nos arts. 18, 21, 33 ou 34, o servidor que tenha ingressado regularmente no serviço público até 16 de dezembro de 1998, fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria; e

*[Handwritten signature]*  
26



III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 18, incisos I e II, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se aos proventos de aposentadorias concedidas na forma deste artigo, o disposto no parágrafo único do art. 34, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

## **CAPÍTULO XII**

### **DO DIREITO ADQUIRIDO**

Art. 36 - É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

Parágrafo Único - Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão dos benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 37 - Observado o disposto no art. 37, XI da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria em fruição em 31 de dezembro de 2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 36, serão revistos na mesma proporção e na mesma data,



sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo-lhes assegurado quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

## **CAPÍTULO XIII**

### **DO ABONO DE PERMANÊNCIA**

Art. 38 - O servidor ativo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas nos arts. 18, 21 e 33 e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 19.

§ 1º - O abono previsto no *caput* será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até 31 de dezembro de 2003, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente, conforme previsto no art. 36, desde que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos, se homem.

§ 2º - O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§ 3º - O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do Município e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício conforme disposto no *caput* e no § 1º, mediante opção expressa pela permanência em atividade.

*Handwritten signature and initials.*



## **CAPÍTULO XIV**

### **DAS REGRAS DE CÁLCULO DOS PROVENTOS E REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS**

Art. 39 - No cálculo dos proventos das aposentadorias referidas nos arts. 13, 17, 18, 19, 21 e 33 será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo decorrido desde o mês de competência julho de 1994, ou desde a competência do início da contribuição, se posterior àquela.

§ 1º - As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização da base de contribuição considerada no cálculo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, conforme Portaria editada mensalmente pelo Ministério da Previdência Social.

§ 2º - Nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para RPPS, a base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo, inclusive nos períodos em que houve isenção de contribuição ou afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento seja considerado como de efetivo exercício.

§ 3º - Na ausência de contribuição do servidor não titular de cargo efetivo vinculado a regime próprio até dezembro de 1998, será considerada a sua remuneração no cargo ocupado no período correspondente.

§ 4º - Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e

MM. 11/03/11





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público.

§ 5º - Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º, não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário mínimo;

II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS.

§ 6º - As maiores remunerações de que trata o *caput* serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 5º.

§ 7º - Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado, por ausência de vinculação a regime previdenciário, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo.

§ 8º - Os proventos, calculados de acordo com o *caput*, por ocasião da sua concessão, não poderão exceder a remuneração do servidor no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

§ 9º - Considera-se remuneração do cargo efetivo o valor constituído pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes desse cargo estabelecidas em lei, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes.

Art. 40 - Para o cálculo dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador,





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais, conforme incisos I e II do art. 18, não se aplicando as reduções previstas nos incisos I e II do art. 21.

§ 1º - A fração de que trata o *caput* será aplicada sobre o valor dos proventos calculado conforme art. 39.

§ 2º - Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em número de dias.

Art. 41 - Os benefícios de aposentadoria e a pensão, de que tratam os arts. 13, 17, 18, 19, 21 e 29 serão reajustados na mesma data e pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real.

## **CAPÍTULO XV**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS AOS BENEFÍCIOS**

Art. 42 - É de cinco anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão definitiva de indeferimento no âmbito administrativo.

Art. 43 - Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas a título de benefícios previstos nesta Lei, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Aut. 21087  
X



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

Art. 44 - O pagamento do auxílio-doença, auxílio reclusão, salário-família e salário-maternidade aos respectivos beneficiários será de responsabilidade do Município, efetuando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições de sua competência.

§ 1º - Junto ao comprovante do recolhimento efetuado deverá ser anexado demonstrativo analítico nominal dos benefícios pagos.

§ 2º - Salvo em caso de divisão entre aqueles a que fizerem jus e nas hipóteses dos arts. 25 e 38, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valor inferior ao salário mínimo.

Art. 45 - Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados ou dependentes:

I - as contribuições devidas ao ITACURUBA PREV;

II - o pagamento de benefício além do devido;

III - os impostos retidos na fonte, de conformidade com a legislação aplicável;

IV - a pensão de alimentos decretada por decisão judicial;

V - outros débitos previstos em Lei e os débitos autorizados pelo segurado e aceitos pelo ITACURUBA PREV.

§ 1º - O benefício não poderá ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito a constituição sobre ele de qualquer ônus.

§ 2º - Na hipótese do inciso II do *caput*, o desconto será feito em parcelas de forma que não exceda 20% (vinte por cento) do valor do benefício.

Min. 21089

32



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

§ 3º - No caso de má-fé, devidamente comprovada o percentual a que se refere o § 2º poderá chegar a 50% (cinquenta por cento).

§ 4º - Somente poderão ser descontados os débitos constituídos a partir da data da concessão do benefício.

§ 5º - Excetuada a hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições feitas ao ITACURUBA PREV.

§ 6º - Durante o período de percepção de qualquer benefício, serão devidas as contribuições previdenciárias ao ITACURUBA PREV previstas no art. 57.

Art. 46 - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores abrangidos pelo RPPS, ressalvados, nos termos definidos em lei complementar federal, os casos de servidores:

I - portadores de deficiência;

II - que exerçam atividades de risco;

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Art. 47 - Os benefícios previdenciários serão pagos diretamente ao beneficiário, representante legal, tutor ou curador ou a procurador constituído por mandato outorgado por instrumento público, o qual não terá prazo superior a seis meses, devendo ser renovado ou revalidado.

§ 1º - O procurador deverá firmar, perante o ITACURUBA PREV, Termo de Responsabilidade mediante o qual se compromete a comunicar qualquer fato que venha a determinar a perda da qualidade de procurador ou evento que possa

33



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

Invalidar a procuração, principalmente a superveniência de óbito ou incapacidade civil do outorgante, sob pena de incorrer nas sanções penais cabíveis.

§ 2º - Os valores devidos ao segurado inativo e ao pensionista, e não recebidos em vida, somente serão pagos aos seus dependentes habilitados à pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da lei, mediante alvará judicial.

Art. 48 - Os segurados, dependentes ou seus representantes legais assinarão os formulários e fornecerão os dados e documentos exigidos periodicamente pelo ITACURUBA PREV, para verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção dos benefícios, ou para garantia da sua manutenção.

Art. 49 - O ITACURUBA PREV poderá negar qualquer solicitação de benefício ou declará-lo nulo se, por dolo ou culpa, as informações necessárias à análise da sua concessão forem omitidas ou contenham declarações falsas.

Art. 50 - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do RPPS.

§ 1º - Verificada a inobservância do disposto no *caput*, competirá ao ITACURUBA PREV decidir à qual aposentadoria fará jus o segurado, notificando o beneficiário para que devolva, sob pena de suspensão de pagamento, as importâncias indevidamente recebidas e tomando as demais providências cabíveis, sem prejuízo da sua responsabilização pelo ilícito cometido.

§ 2º - Salvo no caso de direito adquirido, o segurado ou dependente não terá direito a perceber, cumulativamente, qualquer um dos benefícios a seguir indicados:

maio 2009



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

I – aposentadoria com auxílio-doença;

II – mais de uma aposentadoria;

III – aposentadoria com abono de permanência;

IV – salário-maternidade com auxílio-doença;

V – mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa;

VI – auxílio-reclusão pago aos dependentes, com auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência do segurado recolhido à prisão.

Art. 51 - Ao segurado ou dependente em gozo de benefício será concedido, o Abono Anual, a ser pago no mês de dezembro, no valor da remuneração, proventos ou pensão devidos naquele mês.

Parágrafo único - Para pagamento do Abono Anual, será observada a proporcionalidade de um doze avos do abono para cada mês de benefício efetivamente percebido, considerando-se como mês completo o período igual ou superior a quinze dias.

Art. 52 - A partir de 16 de dezembro de 1998, não será considerada qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 53 - Observado o disposto no art. 52, o tempo de serviço considerado para efeito de aposentadoria será contado como tempo de contribuição.

*[Handwritten signature and stamp]*





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

Art. 54 - As aposentadorias e pensões previstas nesta Lei serão concedidas mediante ato do Chefe do Poder Executivo, do Chefe do Poder Legislativo ou do Titular de Autarquia ou Fundação.

Art. 55 - O ato de concessão das aposentadorias e pensões previstas nesta Lei será publicado e encaminhado, pelo RPPS, ao Tribunal de Contas para homologação.

Parágrafo Único - Se o Tribunal de Contas não aprovar o ato de aposentadoria, o processo será imediatamente revisto e providenciadas às medidas jurídicas cabíveis.

## **TÍTULO IV**

### **DO REGIME DE FINANCIAMENTO**

#### **CAPÍTULO ÚNICO**

#### **DO PLANO DE CUSTEIO**

Art. 56 - São fontes do plano de custeio do RPPS:

I - bens móveis e imóveis, valores e rendas do Município que lhe forem destinados como forma de integralização;

II - bens e direitos que, a qualquer título, lhe sejam adjudicados ou que vierem a ser vinculados por força de lei;

III - contribuição previdenciária da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Autarquias e Fundações;

IV - contribuição previdenciária dos segurados;

val. rec. 1



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

V - doações, subvenções e legados;

VI - receitas decorrentes de aplicações financeiras e investimentos patrimoniais;

VII - valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do disposto no § 9º do art. 201 da Constituição Federal

VIII - receitas provenientes do recebimento de parcelamento de débitos previdenciários, na forma de acordo celebrado com o Município, Câmara Municipal, Autarquia e Fundações;

IX - demais dotações previstas no orçamento municipal, inclusive multa e juros moratórios.

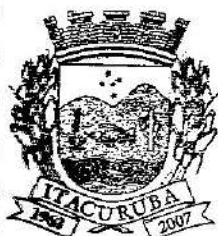
§ 1º - Constituem também fonte do plano de custeio do RPPS as contribuições previdenciárias previstas nos incisos III e IV do caput incidentes sobre o abono anual, salário-maternidade, auxílio-doença e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

§ 2º - As contribuições de que trata este artigo somente poderão ser utilizadas para pagamento dos benefícios previdenciários previstos nesta Lei e da taxa de administração destinada à manutenção do RPPS.

§ 3º - A taxa de administração prevista no § 2º é de 2% (dois pontos percentuais) do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativamente ao exercício anterior.

Art. 57 - Constituem contribuições sociais do RPPS:

*[Handwritten signature]*  
2017-11-15



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

I - A contribuição mensal dos servidores públicos ativos de quaisquer dos Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, no percentual de 11% (onze por cento) incidente sobre a totalidade da base de contribuição;

II - A contribuição mensal dos aposentados e pensionistas de quaisquer dos Poderes do Município, incluídas suas Autarquias e Fundações, no percentual de 11% (onze por cento), incidente sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

III - A contribuição mensal normal de quaisquer dos Poderes do Município, incluídas suas Autarquias e Fundações e Câmara dos Vereadores no percentual de 13% (treze por cento) incidente sobre a totalidade da base de contribuição;

IV - A contribuição complementar do Município, para cobertura de eventuais insuficiências financeiras do RPPS decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, quando for o caso, nos termos da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

§ 1º - A contribuição prevista no inciso II incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS de que trata o art. 201 da Constituição Federal, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.

§ 2º - Entende-se como base de contribuição, o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, e das vantagens pessoais permanentes percebidas pelo segurado, excluídas:

I - diárias para viagens;

*Handwritten signature and date: 10/11/2017*



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

II - ajuda de custo em razão de mudança de sede;

III - indenização de transporte;

IV - salário família;

V - auxílio-alimentação;

VI - auxílio-creche;

VII - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;

VIII - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança;

IX - o abono de permanência de que trata o art. 38;

X - as parcelas percebidas em decorrência de horas extras trabalhadas;

XI - outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei.

§ 3º - O segurado ativo poderá optar pela inclusão na remuneração de contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido conforme o art. 39, respeitando-se, em qualquer hipótese, o limite previsto no § 8º do art. 39.

§ 4º - A contribuição complementar prevista no inciso IV do *caput* será incluída, a cada ano, no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

Município, nos termos do § 1º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 5º - As contribuições previstas nos incisos I e III do *caput* serão creditadas na conta do ITACURUBA PREV até o dia dez do mês subsequente ao mês de competência, observado o compromisso com a data de pagamento da folha de aposentados e pensionistas.

§ 6º - Sobre as contribuições mencionadas no § 5º, não creditadas na conta do ITACURUBA PREV no prazo estabelecido, incidirão multa de dois por cento e juros à razão de um por cento ao mês, calculado sobre o débito atualizado pelo INPC da Fundação Getúlio Vargas ou pelo índice que vier eventualmente a substituí-lo, até a data de seu efetivo pagamento.

§ 7º - Na hipótese no § 2º do art. 6º, a contribuição será calculada sobre as bases de contribuição correspondentes aos cargos efetivos acumulados.

§ 8º - As contribuições previstas nos incisos I a III do *caput* incidirão também sobre o abono anual, devendo ser consideradas, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for efetuado o pagamento.

Art. 58 - O servidor afastado ou licenciado do cargo efetivo, sem remuneração ou subsídio, poderá contar o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento das contribuições sociais estabelecidas nos incisos I e III do art. 57.

Parágrafo único - As contribuições de que trata este artigo serão recolhidas diretamente pelo servidor, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 59.

*Handwritten signature and date: 10/10/07*





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

Art. 59 - O recolhimento das contribuições mencionadas nos incisos I e III do art. 57 é de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício nos seguintes casos:

I - cedido para outro órgão ou entidade da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, sem ônus para o Município cedente, devendo a obrigação de o recolhimento constar no convênio de cessão; e

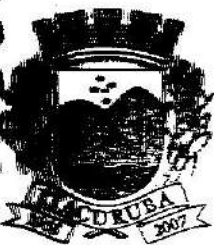
II - investido em mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, nos termos do art. 38 da Constituição Federal, desde que o afastamento do cargo se dê com prejuízo da remuneração do cargo efetivo.

Art. 60 - Nas hipóteses previstas nos arts. 58 e 59, as contribuições previdenciárias de que tratam os incisos I e III do art. 57 deverão ser recolhidas até o décimo dia do mês subsequente ao do mês de competência, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia dez.

Parágrafo único - O salário de contribuição corresponderá à remuneração do cargo de que o segurado é titular.

Art. 61 - O Prefeito do Município, o Presidente da Câmara Municipal, os Presidentes de Autarquias e Fundações e os ordenadores de despesa serão responsabilizados, solidariamente, na forma da Lei, caso o recolhimento das contribuições dos órgãos sob sua responsabilidade não ocorra na data e condições previstas nesta Lei.

  
MOT. 10.114.502/0001-05



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

## **TÍTULO V**

### **DA ADMINISTRAÇÃO DO ITACURUBA PREV**

**Art. 62** - A administração do ITACURUBA PREV será executada de forma autônoma e independente da Prefeitura do Município, podendo ser contratada prestação de serviços especializados de terceiros.

**Art. 63** - A administração do ITACURUBA PREV é exercida pelos seguintes órgãos:

**I** - Conselho Deliberativo;

**II** - Conselho Fiscal; e

**III** - Gerência de Previdência.

## **CAPÍTULO I**

### **DO CONSELHO DELIBERATIVO**

**Art. 64** - O Conselho Deliberativo do ITACURUBA PREV será constituído de seis membros efetivos e um membro suplente para cada um, a saber:

**I** - dois segurados representantes do quadro efetivo do Poder Executivo, indicados pelo Prefeito, o qual designará um deles para presidir o órgão;

**II** - um segurado representante do quadro efetivo do Poder Legislativo, indicado pelo seu Presidente;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

**III** - dois segurados representantes do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais deste Município, indicados pelo sindicato ou associação de classe;

**IV** - um representante dos inativos e pensionistas, indicado pelo sindicato ou associação de classe.

**§ 1º** - Os membros suplentes serão designados aplicando-se os mesmos critérios fixados para os membros efetivos e substituirão estes em suas licenças e impedimentos, sucedendo-os em caso de vacância, conservada sempre a vinculação da representatividade.

**§ 2º** - O mandato dos membros componentes do Conselho Deliberativo será de dois anos, sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.

**§ 3º** - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês, e extraordinariamente, sempre que necessário, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria simples de voto.

**§ 4º** - A função de Conselheiro não será remunerada, devendo ser desempenhada em horário compatível com o expediente normal de trabalho.

**§ 5º** - O Conselheiro que, sem justa causa, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas, terá seu mandato declarado extinto.

**§ 6º** - As deliberações do Conselho serão lavradas em Livro de Atas e as convocações ordinárias e extraordinárias serão feitas por escrito.

**§ 7º** - Será firmado Termo de Posse dos membros do Conselho Deliberativo.

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

**Art. 65** - Compete ao Conselho Deliberativo:

- I - participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira do ITACURUBA PREV, em especial dos planos de custeio e de benefícios, solicitando informações à Gerência de Previdência;
- II - apreciar e aprovar os seguintes documentos elaborados pela Gerência de Previdência:
  - a) proposta orçamentária anual do ITACURUBA PREV;
  - b) o relatório anual de atividades do ITACURUBA PREV, inclusive com demonstrações estatísticas dos benefícios concedidos no exercício;
  - c) os balancetes mensais, os demonstrativos financeiros, o balanço e a prestação de contas anual, acompanhados dos pareceres competentes do Conselho Fiscal;
- III - deliberar sobre a aceitação de bens, legados e doações com encargos, oferecidos ao ITACURUBA PREV;
- IV - solicitar ao Diretor Executivo, se necessário, a contratação de auditorias independentes;
- V - adotar as medidas necessárias à garantia do recolhimento das contribuições previdenciárias previstas nesta Lei;
- VI - promover ajustes à organização e operação do ITACURUBA PREV, se necessário, podendo propor ao Diretor Executivo a contratação de entidades legalmente habilitadas e de experiência comprovada para as gestões do ativo e passivo do RPPS do Município.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

**Parágrafo único** - São atribuições do Presidente do Conselho Deliberativo:

- I** - dirigir e coordenar as atividades do Conselho Deliberativo;
- II** - convocar, instalar e presidir as reuniões;
- III** - avocar o exame e propor solução de quaisquer assuntos do ITACURUBA PREV;
- IV** - praticar os demais atos de sua competência, nos termos desta Lei.

## **CAPÍTULO II**

### **DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 66** - O Conselho Fiscal será composto de quatro membros efetivos e um membro suplente para cada um, a saber:

- I** - um segurado representante do quadro efetivo do Poder Executivo, indicado pelo Prefeito;
  - II** - um segurado representante do quadro efetivo do Poder Legislativo, indicado pelo seu Presidente;
  - III** - um segurado representante do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município, indicado pelo sindicato ou associação de classe;
  - IV** - um representante dos inativos e pensionistas, indicado pelo sindicato ou associação de classe.
- § 1º - Os membros suplentes serão designados aplicando-se os mesmos critérios fixados para os membros efetivos.

*[Handwritten signature]*  
2017.05.18





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

PERNAMBUCO

CNPJ: 10.114.502/0001-05

§ 2º - O mandato dos membros designados será de dois anos, o qual deverá coincidir com o do Conselho Deliberativo, não sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.

§ 3º - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês e extraordinariamente sempre que necessário, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas com o mínimo de dois votos.

§ 4º - A função de membro do Conselho Fiscal não será remunerada, devendo ser desempenhada em horário compatível com o expediente normal de trabalho.

§ 5º - O membro do Conselho Fiscal que, sem justa causa, faltar a três sessões consecutivas ou a seis alternadas, terá seu mandato declarado extinto.

§ 6º - O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente na primeira reunião ordinária após a sua posse, dentre seus membros, por um ano, podendo ser reconduzido por igual período.

§ 7º - O Presidente do Conselho Fiscal terá voz e voto de desempate e as deliberações do Conselho Fiscal serão lavradas em Livro de Atas.

§ 8º - Será firmado Termo de Posse dos membros do Conselho Fiscal.

Art. 67 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - acompanhar a organização dos serviços técnicos;

II - acompanhar a execução orçamentária do ITACURUBA PREV, conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

**III** - examinar as prestações efetivadas pelo ITACURUBA PREV aos servidores e dependentes e a respectiva tomada de contas dos responsáveis;

**IV** - proceder, em face dos documentos de receita e despesa, à verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos devidos, para encaminhamento ao Conselho Deliberativo;

**V** - encaminhar ao Conselho Deliberativo, até o mês de março de cada ano; com parecer técnico, o relatório da Gerência de Previdência relativo ao exercício anterior, o processo de tomada de contas, o balanço anual e o Inventário a ele referente, assim como o relatório estatístico dos benefícios concedidos;

**VI** - requisitar à Gerência de Previdência e ao Presidente do Conselho Deliberativo as informações e diligências que julgar convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notificá-los para correção de irregularidades verificadas exigindo as providências de regularização;

**VII** - propor ao Diretor Executivo as medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e transparência da administração do ITACURUBA PREV;

**VIII** - acompanhar, juntamente com o Conselho Deliberativo, o recolhimento mensal das contribuições para que sejam efetuadas no prazo legal, notificando o Prefeito Municipal e demais titulares de órgãos filiados ao RPPS, na ocorrência de irregularidades, alertando-os para os riscos envolvidos;

**IX** - proceder à verificação dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimentos, exigindo as regularizações quando necessárias;

**X** - proceder aos demais atos necessários à fiscalização e gestão do ITACURUBA PREV.

*[Handwritten signature]*

47 *[Handwritten signature]*



## **CAPÍTULO III**

### **DA GERÊNCIA DE PREVIDÊNCIA**

Art. 68 - A Gerência de Previdência, exercida por um Diretor Executivo e um Gerente Administrativo-Financeiro, é o órgão executivo do RPPS supervisionado pelo Conselho Deliberativo e incumbido de gerir o ITACURUBA PREV.

Art. 69 - Ficam criados na estrutura do Instituto Previdenciário do Município de Itacuruba - Itacuruba - Prev os seguintes cargos em comissão: 1 (um) cargo comissionado de Diretor Presidente, símbolo SM-01 (um) cargo comissionado de Diretor Administrativo e Financeiro, símbolo SM-01 e um cargo comissionado de Secretária Executiva, símbolo SM-02, todos de livre nomeação por parte do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Primeiro - Os cargos de Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro serão providos, preferencialmente, por portadores de diploma universitário e poderão receber verbas de representação de até 100% (cem por cento) das respectivas remunerações.

Art. 70 - Compete ao Diretor Presidente:

I - representar o ITACURUBA PREV em juízo ou fora dele;

II - gerir o ITACURUBA PREV, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, consoante o disposto nesta Lei e as deliberações do Conselho Deliberativo.

III - providenciar, conjuntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro, as aplicações e investimentos a serem efetuados;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

IV - elaborar, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, a proposta orçamentária anual do ITACURUBA PREV;

V - expedir instruções e ordens de serviços;

VI - organizar, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, os serviços de prestação previdenciária do ITACURUBA PREV;

VII - assinar, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, os cheques e documentos, respondendo pelos atos e fatos de interesse do ITACURUBA PREV;

VIII - encaminhar os balancetes mensais, o balanço e as contas anuais do ITACURUBA PREV para o Conselho Deliberativo e para o Tribunal de Contas do Estado, acompanhadas dos Pareceres do Conselho Fiscal;

IX - submeter ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal os assuntos a eles pertinentes e facilitar aos seus membros o desempenho de suas atribuições;

X - cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Conselhos Deliberativo e Fiscal;

XI - praticar os demais atos de sua competência, nos termos desta Lei.

Art. 71 - Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro:

I - manter o serviço de protocolo, expediente, arquivo, bem como baixar ordens de serviços relacionados com aspecto financeiro;

II - fornecer até o décimo dia útil de cada mês os informes necessários à elaboração do balancete do mês anterior;

*[Handwritten signature and date]*  
20/07/10



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

- III - manter atualizadas as contabilidades financeira e patrimonial;
- IV - promover a arrecadação, registro e guarda de rendas e quaisquer valores devidos ao ITACURUBA PREV, e dar publicidade à movimentação financeira;
- V - providenciar a elaboração do orçamento anual e plurianual de investimentos, e acompanhar a sua execução;
- VI - providenciar a abertura de créditos adicionais, quando necessário;
- VII - manter controle dos serviços relacionados com a aquisição, recebimento, guarda e controle, bem como da fiscalização do consumo de material;
- VIII - manter controle sobre a guarda dos valores, títulos e disponibilidades financeiras e demais documentos que integram o patrimônio do ITACURUBA PREV;
- IX - manter atualizado o cadastro dos servidores segurados ativos e inativos, e de seus dependentes, da Prefeitura, da Câmara Municipal e dos demais órgãos municipais vinculados ao ITACURUBA PREV;
- X - providenciar o cálculo da folha mensal dos benefícios a serem pagos pelo ITACURUBA PREV aos segurados e dependentes, nos termos desta Lei;
- XI - responder pelos procedimentos exigidos para a concessão de quaisquer benefícios aos segurados que o requeiram;
- XII - atender e orientar os segurados quanto aos seus direitos e deveres para obtenção de benefícios junto ao ITACURUBA PREV;





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

XIII - proceder ao levantamento estatístico de benefícios concedidos e a conceder;

XIV - substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos eventuais.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS DE GESTÃO**

**Art. 72** - O ITACURUBA PREV poderá ter pessoal requisitado dentre os servidores municipais, os quais serão colocados à sua disposição com todas as garantias, direitos e deveres assegurados.

**Art. 73** - Os membros representantes dos diversos órgãos colegiados da estrutura administrativa do ITACURUBA PREV não poderão acumular cargos, mesmo que indicados para órgãos distintos e por diferentes entes municipais ou entidades.

**Art. 74** - Será afixado em quadro de avisos o Relatório Anual de Atividades contendo os Pareceres dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício anterior, para conhecimento dos seus segurados.

**Art. 75** - O Município manterá registro individualizado das contribuições dos segurados que conterà, além de nome e matrícula, e demais informações pessoais, inclusive dos dependentes, os seguintes dados:

I - base de contribuição, mês a mês, do segurado e dos entes Municipais; e

II - valores mensais e acumulados da contribuição do segurado e dos entes Municipais.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

Parágrafo Único - O segurado receberá extrato anual das informações de que trata este artigo.

## **TÍTULO VI**

### **DO PATRIMÔNIO E DO EXERCÍCIO SOCIAL**

Art. 76 - Os recursos financeiros e patrimoniais do ITACURUBA PREV serão aplicados no País por intermédio de instituições financeiras, de acordo com as determinações do Conselho Monetário Nacional.

Art. 77 - O exercício social terá duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro.

Art. 78 - O ITACURUBA PREV prestará contas anualmente ao Tribunal de Contas e à Câmara Municipal, através do Diretor Presidente, respondendo seus gestores pelo fiel desempenho de suas atribuições e mandatos, na forma da Lei.

Art. 79 - É vedado ao ITACURUBA PREV atuar como instituição financeira, conceder aval ou aceite, bem como prestar fiança.

## **TÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

Art. 80 - O equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS de que trata esta Lei será aferido pela avaliação atuarial inicial e reavaliações atuariais anuais, que serão encaminhadas ao Ministério da Previdência Social.

*[Handwritten signature]*  
10/07/2003



Parágrafo único - No decorrer de cada exercício financeiro, o Município elaborará estudo atuarial, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS e considerando a capacidade contributiva do Município.

## **CAPÍTULO I**

### **DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS**

Art. 81. As contribuições legalmente instituídas, devidas pelo Município e não repassadas à Unidade Gestora até o seu vencimento, depois de apuradas e confessadas, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em moeda corrente, conforme as regras definidas para o RGPS.

§ 1º Mediante esta Lei Complementar, e desde que mantido o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o Município deverá observar as regras específicas para acordo de parcelamento, os seguintes critérios:

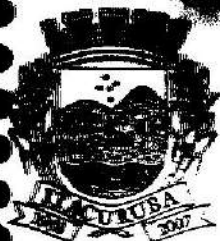
I - haja previsão de saldo financeiro suficiente ao pagamento, a curto e médio prazo, dos benefícios previdenciários concedidos;

II - previsão, em cada acordo de parcelamento, do número máximo de 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas;

III - consolidação do montante devido até a data da formalização do acordo, utilizando-se os acréscimos legais, juros atuariais de 0,5% (meio por cento) ao mês e atualização monetária pelo Índice de que trata o § 6º, artigo 57 desta Lei;

IV - aplicação, sobre o valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, de índice de atualização legal, para preservar o valor real do montante parcelado, e de juros, conforme estabelecido no inciso anterior;

*[Handwritten signature]*



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

V - previsão, no termo de acordo, das medidas ou sanções para os casos de inadimplemento das prestações ou descumprimento das demais regras do acordo, inclusive a incidência de juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês sobre as prestações vencidas e não pagas

VI - vedação de inclusão, no acordo de parcelamento, das contribuições descontadas dos segurados ativos, inativos e dos pensionistas, salvo o disposto nos §§ 3º e 9º;

§ 2º O termo de acordo de parcelamento deverá ser acompanhado do comprovante de sua publicação e dos demonstrativos que discriminem, por competência, os valores originários, as atualizações, os juros e o valor total consolidado.

§ 3º Os valores necessários ao equacionamento do déficit atuarial, se incluídos no mesmo acordo de parcelamento, deverão ser discriminados em planilhas distintas.

§ 4º O vencimento da primeira parcela dar-se-á, no máximo, até o último dia útil do mês subsequente ao da publicação do termo de acordo de parcelamento.

§ 5º O parcelamento, em qualquer hipótese terá, obrigatoriamente vinculação de percentual do Fundo de Participação dos Municípios - FPM para pagamento das parcelas acordadas.

§ 6º Poderá ser feito reparcelamento das contribuições incluídas em acordo de parcelamento, por uma única vez, para cada competência.

§ 7º Os débitos do Município com o RPPS, não decorrentes de contribuições previdenciárias, poderão ser parcelados mediante esta Lei Complementar e termos de acordo específicos, em conformidade com os §§ 1º, 2º e 5º.

*[Handwritten signature]*  
10/11/2007





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBA**

**PERNAMBUCO**

CNPJ: 10.114.502/0001-05

§ 8º Até 31 de agosto de 2009, o Município poderá parcelar os débitos oriundos das contribuições devidas pelo ente federativo com vencimento até 31 de janeiro de 2009 em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais e consecutivas, e das contribuições descontadas dos segurados, ativos e inativos, e dos pensionistas, relativas ao mesmo período, em até 60 (sessenta) prestações mensais, observando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

§ 9º A partir de 1º de setembro de 2009, os débitos de contribuições de que trata o § 8º poderão ser parcelados, mediante esta Lei Complementar, observadas as mesmas condições estabelecidas naquele parágrafo.

§ 10. O termo de acordo de parcelamento de débitos previdenciários com a unidade gestora do RPPS deverá ser assinado pelo representante da entidade ou do Poder que incidiu em mora, comparecendo obrigatoriamente o Chefe do Poder Executivo como interveniente-garante ao cumprimento do parcelamento.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Vedação de Dação em Pagamento**

Art. 82. É vedada a dação em pagamento com bens móveis e imóveis de qualquer natureza, ações ou quaisquer outros títulos, para a amortização dos débitos previdenciários com o RPPS, excetuada a amortização do déficit atuarial.

Parágrafo único. Os débitos previdenciários é aquela decorrente de contribuições legalmente instituídas e não repassadas à Unidade Gestora do RPPS.

Itacuruba, 14 de Dezembro de 2009

Romero Magalhães Lêdo

Prefeito Municipal

12/12/2009





# Prefeitura de Itacuruba

A cidade do futuro é a gente que faz.

PERNAMBUCO  
CNPJ: 10.114.502/001-05

## LEI MUNICIPAL Nº 01/2014

**Altera dispositivos da Lei Municipal nº 010/2009, que rege sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município e dá outras providências.**

O Prefeito Municipal de Itacuruba, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal de Itacuruba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Art 13-A da Lei Municipal nº 010, de 14/12/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13-A. O segurado que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento nos incisos I e II do § 2.º do Art. 13, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3.º, 8.º e 17 do art. 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Os proventos de aposentadoria dos servidores aposentados com base no caput deste Artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei."

Art. 2º. O Art 22 da Lei Municipal nº 010, de 14/12/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. Para efeitos do disposto neste capítulo, são consideradas funções de magistério as exercidas por Professores no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico, desde que exercidas por Professores."





# Prefeitura de Itacuruba

A cidade do futuro é a gente que faz. PERNAMBUCO  
CNPJ: 10.114.502/001-05

Art. 3º. O § 5º do Art. 27 da Lei Municipal nº 010, de 14/12/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27 (...)

§ 5.º - O benefício de que trata o caput será pago mensalmente e corresponderá ao valor da última remuneração percebida pelo servidor na data do afastamento."

Art. 4º. O Art 57 da Lei Municipal nº 010, de 14/12/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 57. (...)

III- A Contribuição mensal de quaisquer dos Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, no percentual de 10,52% (alíquota do custo normal) incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos efetivos, já incluída nesse percentual a taxa de 2% para as despesas administrativas conforme definida na reavaliação atuarial de 2014.  
(...)

V - Para custeio do déficit atuarial fica instituída, também, a contribuição a cargo do ente o percentual de alíquota do custo suplementar, conforme tabela abaixo discriminada, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos efetivos, para o período de 2014 a 2045.

| Período |   |      | Custo Suplementar (%) |
|---------|---|------|-----------------------|
| 2014    | a | 2018 | 2,48%                 |
| 2019    | a | 2023 | 2,48%                 |
| 2024    | a | 2028 | 2,58%                 |
| 2029    | a | 2033 | 2,68%                 |
| 2034    | a | 2038 | 2,98%                 |
| 2039    | a | 2045 | 3,48%                 |

VI - Considerando as contribuições mensais previstas nos incisos anteriores deste artigo, as contribuições previdenciárias do RPPS serão de:

a. 13,00% como participação de responsabilidade total do Ente Federativo, já incluídos o Custo Normal, Custo Suplementar e a Taxa de Administração, nos termos dos incisos III, IV e V deste artigo.

b. 11,00% como participação de responsabilidade total dos servidores,

Av. Patriarca Anacleto S. de Azevedo, 100 - Fone: (087) 3893.1142





# Prefeitura de Itacuruba

A cidade do futuro é a gente que faz.

PERNAMBUCO  
CNPJ: 10.114.502/001-05

(...)

§ 2.º Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas:

- I - as diárias para viagens;
- II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede;
- III - a indenização de transporte;
- IV - o salário-família;
- V - o auxílio-alimentação;
- VI - o auxílio-creche;
- VII - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;
- VIII - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada;
- IX - o abono de permanência de que trata o art. 38 desta lei;
- X - o adicional de férias;
- XI - o adicional noturno;
- XII - o adicional por serviço extraordinário;
- XIII - a parcela paga a título de assistência à saúde suplementar;
- XIV - a parcela paga a título de assistência pré-escolar;
- XV - a parcela paga a servidor público indicado para integrar conselho ou órgão deliberativo, na condição de representante do governo, de órgão ou de entidade da administração pública do qual é servidor;
- XVI - o auxílio-moradia;
- XVII - a Gratificação de Raio X.
- XVIII - as parcelas percebidas em decorrência de horas extras trabalhadas.

(...)

§ 9.º Os pagamentos das contribuições dos Entes Municipais ao RPPS serão sempre acompanhados do respectivo DR - Demonstrativo de Recolhimento,

Av. Patrício Alves, Camarê, 501, Centro - Itacuruba, PE - CEP: 56.430-000 - Fone: Fax: (81) 3893.1142





# Prefeitura de Itacuruba

A cidade do futuro é a gente que faz.

PERNAMBUCO

CNPJ: 10.114.502/001-05

documento guia para o recolhimento das contribuições, na forma do Anexo I a presente Lei.

§ 10. Em caso de manutenção ou aumento da alíquota de contribuição de responsabilidade do ente poderão ser estabelecidas por ato do Poder Executivo para ajustá-la à reavaliação atuarial anual.

Art. 5º. O Art 63 da Lei municipal nº 010, de 14/12/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63. (...)

(...)

IV – Comitê de Investimentos"

Art. 6º. Os Artigos 67, 68 e 69 da Lei Municipal nº 010, de 14/12/2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 67. (...)

Parágrafo único – São atribuições do Presidente do Conselho Fiscal:

I – dirigir e coordenar as atividades do Conselho Fiscal;

II – convocar, instalar e presidir as reuniões deste Conselho;

III – praticar os demais atos de sua competência, nos termos desta Lei."

Art. 68. Fica criado o COMITÊ DE INVESTIMENTOS do RPPS, órgão consultivo relativo aos investimentos do Regime Próprio de Previdência, competindo-lhe:

I. formular as políticas de gestão dos recursos;

II. zelar pela execução da programação econômico-financeira dos valores patrimoniais;

III. avaliar propostas, submetendo-se aos órgãos competentes para deliberação;

IV. subsidiar o Conselho Deliberativo do RPPS de informações necessárias à sua tomada de decisões;





# Prefeitura de Itacuruba

A cidade do futuro é a gente que faz. PERNAMBUCO

CNPJ: 10.114.502/001-05

V. analisar os cenários macroeconômicos, observando os possíveis reflexos no patrimônio;

VI. propor estratégias de investimentos para um determinado período;

VII. reavaliar as estratégias de investimentos em decorrência de fatos conjunturais relevantes;

VIII. fornecer subsídios para a elaboração ou alteração de política de investimentos;

IX. acompanhar o grau de risco das operações, reportando aos gestores do RPPS e Conselhos qualquer situação de risco elevado e,

X. acompanhar a execução da política de investimentos.

§1º - São integrantes do Comitê de Investimentos:

I. O Diretor Presidente do ITACURUBAPREV;

II. O Diretor Administrativo e Financeiro do ITACURUBAPREV;

III. O Presidente do Conselho deliberativo do RPPS;

IV. O Presidente do Conselho Fiscal do RPPS.

§2º O integrante do Comitê de Investimentos possuidor de certificação prevista pela Port MPAS 519/2011 será o responsável como Gestor de Recursos do RPPS, perante o MPAS.

Art. 69 – A Diretoria de Previdência, exercida por um Diretor Executivo e um Diretor Administrativo-Financeiro, é o órgão executivo do RPPS supervisionado pelo Conselho Deliberativo e incumbido de gerir o ItacurubaPrev.

§ 1º – Ficam criados na estrutura do Instituto Previdenciário do Município de Itacuruba – ItacurubaPrev os seguintes cargos em comissão: 1 (um) cargo comissionado de Diretor Presidente, símbolo SM-01 (um) cargo comissionado de Diretor Administrativo e Financeiro, símbolo SM-01 e um cargo comissionado de Secretária Executiva, símbolo SM-02, todos de livre nomeação por parte do chefe do Poder Executivo.

§2º – Os cargos de Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro serão providos, preferencialmente, por portadores de diploma universitário e poderão receber verbas de representação de até 100% (cem por cento) das respectivas remunerações.

§ 3º - O cargo de Diretor Presidente será provido, preferencialmente, por servidor efetivo portador de diploma universitário, e deverá possuir certificação nos





# Prefeitura de Itacuruba

A cidade do futuro é a gente que faz.

PERNAMBUCO  
CNPJ: 10.114.502/001-05

termos da Port MPAS -519/2011, exceto se outro integrante do Comitê de Investimentos do RPPS a possuir.

Art. 7º. O Art 75 da Lei Municipal nº 010, de 14/12/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 75 – Os órgãos gestores de pessoal efetivo e ativo do Município manterão registro individualizado das contribuições dos segurados que conterà, além de nome, CPF, sexo, matrícula, data de nascimento, data de admissão, cargo e demais informações pessoais, inclusive dos dependentes, os seguintes dados, que deverão ser repassados mensalmente ao ItacurubaPrev:*

*I – base de contribuição, mês a mês, dos beneficiários segurados e dos entes Municipais; e*

*II – valores mensais e acumulados da contribuição do segurado e dos entes Municipais.*

*§ 1º - Os órgãos gestores de pessoal efetivo e ativo do Município, enviará ao ItacurubaPrev, até 30 dias após a conclusão de cada exercício, base de dados completa contendo as informações de que trata este artigo.*

*§2º - O segurado receberá dos órgãos gestores de pessoal efetivo e ativo do Município extrato anual das informações de que trata este artigo, mediante requerimento do interessado."*

Art 8º. Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei 010/2009.

Art 9º. As contribuições correspondentes às alíquotas relacionadas no Art 4º, serão exigidas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao decurso do período de 90 dias da publicação da presente lei, atendendo aos Art 150, III, "b" e "c", § 1º, e Art 195, parágrafo 6º, a CRFB/88.

Art. 10º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Itacuruba-PE, 22 de Maio de 2014.

  
Gustavo Cabral Soares

Prefeito Municipal





# Prefeitura de Itacuruba

A cidade do futuro é a gente que faz.

PERNAMBUCO  
CNPJ: 10.114.502/001-05

ANEXO I

LEI MUNICIPAL Nº 01/2014

## ITACURUBAPREV

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITACURUBA

### DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES MENSAIS AO RPPS

ENTE PAGADOR :

CNPJ:

COMPETÊNCIA:

DATA VENC

BASE CALCULO FOLHA ATIVOS/EFETIVOS:

R\$

DISCRIMINAÇÃO

VALOR R\$

VALOR DEVIDO - PREFEITURA

PARCELA SERVIDORES

PARCELA PATRONAL / ENTE

SOMA

DEDUÇÕES-BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE PELA ENTIDADE

Salário Família

Salário Maternidade

Auxílio Doença

Outros pagamentos efetuados em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

TOTAL DEDUÇÕES

ADICIONAIS POR ATRASOS

Multa

juros

Correção Monetária – INPC

TOTAL ADICIONAIS

Cálculo válido para pagamento até

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Forma de Pagamento

Data de Pagamento

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Recebemos do ente pagador acima qualificado, os valores constantes do presente DR, conforme documentos comprobatórios constantes do campo forma de pagamento e data de pagamento.

Responsável pelo RPPS

Nome

Av. Patriarca Aníbal Alves Cantarelli, S/N. Centro – Itacuruba/PE – CEP: 56.430-000 – Fone/Fax: (87) 3893.1142





# Prefeitura de Itacuruba

A cidade do futuro é a gente que faz.

PERNAMBUCO  
CNPJ: 10.114.502/001-05

## DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaramos para os devidos fins e efeitos de comprovação legal, que foi publicado no MURAL desta Prefeitura Municipal, no dia 22 de Maio de 2014, a Lei Municipal nº 01/2014 de 22 de Maio de 2014, que altera dispositivos da Lei Municipal nº 010/2009, que rege sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município e dá outras providências.

Itacuruba-PE, 22 de Maio de 2014.



GOVERNO DE  
**ITACURUBA**

*Juntos fazemos mais!*

CNPJ 10.114.502/0001-05

**PORTARIA Nº 06/2023**

CERTIFICADO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os fins necessários, que este ato administrativo, foi publicado no portal da transparência do município disponível na web página [www.itacuruba.pe.gov.br](http://www.itacuruba.pe.gov.br) bem como no quadro de aviso do peço municipal, conforme regulamenta o decreto municipal Nº 002/2017.

Em 12/01/2023

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITACURUBA**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Municipal nº 010/2019 de 14 de dezembro de 2019, com alterações trazidas pela Lei Municipal nº 001/2014 de 22 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear os membros do **CONSELHO FISCAL DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITACURUBA – ITACURUBA PREV**, com atribuições estabelecidas nas Leis Municipais nº 010/2019 e nº 001/2014:

**I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:**

**Titular:** ELOIZA ALVANIRA GUEDES DE SÁ TORRES

CPF: 072.436.664-42

**Suplente:** EMANUEL GUEDES DE SÁ TORRES

CPF: 065.319.214-20

**II – REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:**

**Titular:** RIVÂNIA FREIRE DE ALMEIDA CUSTÓDIO

CPF: 993.699.234-20

**Suplente:** RINALDO ANTÔNIO DE ALMEIDA

CPF: 034.614.384-56

**III – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES EFETIVOS:**

**Titular:** ROSINEIDE FREIRE DE BARROS CARVALHO

CPF: 027.756.564-20

**Suplente:** IZADORA ALMEIDA LIMA

CPF: 066.529.894-33

**IV – REPRESENTANTES DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS:**

**Titular:** MARIELZA DOS SANTOS SILVA

CPF: 439.583.204-06

**Suplente:** JOSÉ JAILTON DOS SANTOS

CPF: 310.437.474-00

**Art. 2º.** Os membros representantes do Poder Público Municipal ora nomeados e empossados, desempenharão as funções sem prejuízo de suas atribuições normais e não receberão remuneração adicional pelas atividades do presente Conselho.

**Art. 3º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itacuruba, 12 de janeiro de 2023.

Bernardo de Moura Ferraz  
CPF 066.569.204-89  
Prefeito

**BERNARDO DE MOURA FERRAZ**

Prefeito





GOVERNO DE  
**ITACURUBA**

*Juntos fazemos mais!*

CNPJ 10.114.502/0001-05

**CERTIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Certifico para os fins necessários, que este ato administrativo, foi publicado no portal da transparência do município disponível na web página [www.itacuruba.pe.gov.br](http://www.itacuruba.pe.gov.br) bem como no quadro de aviso do peço municipal, conforme regulamenta o decreto municipal nº 002/2017.

Em 12/01/2023

**PORTARIA Nº 07/2023**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITACURUBA**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Municipal nº 010/2019 de 14 de dezembro de 2019, com alterações trazidas pela Lei Municipal 001/2014 de 22 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear os membros do **COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITACURUBA – ITACURUBA PREV**, com atribuições estabelecidas na Lei Municipal nº 001/2014:

**I – DIRETOR PRESIDENTE DO ITACURUBA PREV:**

ANDRÊZA FERREIRA BORBA CANTARELLI

CPF: 024.838.704-90

**II – DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DO ITACURUBA PREV:**

POLIANA CARVALHO DE SÁ LEONARDO

CPF: 055.670.754-05

**III – PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO ITACURUBA PREV:**

LEONCIO CARLOS ALVES DOS SANTOS

CPF: 734.019.604-82

**IV – PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DO ITACURUBA PREV:**

ELOIZA ALVANIRA GUEDES DE SÁ TORRES

CPF: 072.436.664-42

**Art. 2º.** Designar a servidora abaixo qualificada para exercer a atribuição de Gestora de Recursos junto ao Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba – ITACURUBA PREV.

Servidora: ANDRÊZA FERREIRA BORBA CANTARELLI

Cargo: Diretora Presidente do ITACURUBA PREV

CPF: 024.838.704-90

Certificação: CGRPPS – Validade: 21/02/2026

**Art. 3º.** Os membros ora nomeados e empossados, desempenharão as funções sem prejuízo de suas atribuições normais e não receberão remuneração adicional pelas atividades do presente Comitê.

**Art. 4º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itacuruba, 12 de janeiro de 2023.

Bernardo de Moura Ferraz  
CPF 066.569.204-89  
Prefeito

**BERNARDO DE MOURA FERRAZ**

Prefeito





GOVERNO DE  
**ITACURUBA**

*Juntos fazemos mais!*

CNPJ 10.114.502/0001-05

Portaria Nº 017/2023.

CERTIFICADO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os fins necessários, que este ato administrativo, foi publicado no portal da transparência do município disponível na web página [www.itacuruba.pe.gov.br](http://www.itacuruba.pe.gov.br) bem como no quadro de aviso do peço municipal, conforme regulamenta o decreto municipal Nº 003/2017.

Em 28/04/2023

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITACURUBA**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Municipal nº 010/2019 de 14 de dezembro de 2019, com alterações trazidas pela Lei Municipal nº 001/2014 de 22 de maio de 2014.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear os membros do **CONSELHO DELIBERATIVO DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITACURUBA – ITACURUBA PREV**, com atribuições estabelecidas nas Leis Municipais nº 010/2019 e nº 001/2014:

**I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:**

**Titular e Presidente:** LEONCIO CARLOS ALVES DOS SANTOS

**Suplente:** IONE MARIA DOS SANTOS FRANÇA

**Titular:** HELKA FRANCELINA FREIRE

**Suplente:** LIEBERT LUIZ DA SILVA

**II – REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:**

**Titular:** WILLYAN CÉSAR CAVALCANTE NOVAES

**Suplente:** WERICRE GONÇALVES DOS SANTOS

**III – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES EFETIVOS:**

**Titular:** JOSENILTON JOSÉ DA SILVA

**Suplente:** JACQUELLINE MARIA DA SILVA COSTA

**Titular:** ANTÔNIO CARLOS DA SILVA

**Suplente:** ADRIANA RITA DA SILVA

**IV – REPRESENTANTES DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS:**

**Titular:** RISELANE SOARES SILVA FREIRE

**Suplente:** LÍCIA MARTA DE CARVALHO SÁ

**Art. 2º.** Os membros representantes do Poder Público Municipal, ora nomeados e empossados, desempenharão as funções sem prejuízo de suas atribuições normais e não receberão remuneração adicional pelas atividades do presente Conselho.

**Art. 3º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itacuruba, 28 de abril de 2023.

Bernardo de Moura Ferraz  
CPF 066.569.204-89  
Prefeito

**BERNARDO DE MOURA FERRAZ**  
Prefeito





**ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO ITACURUBA PREV, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2023.** Ao trigésimo primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte e três, às 10:00 horas, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba – ITACURUBA PREV, localizado na Avenida Patriarca Aníbal Alves Cantarelli s/n, Centro, Itacuruba/PE, reuniram-se os membros Conselho Fiscal designados pela Portaria nº 006/2023, que a esta integra independentemente de traslado, com o objetivo de discutir e analisar a seguinte pauta: **1- Balancetes de Maio/2022 e Fevereiro/2023; 2- Aplicação de Recursos e seus Rendimentos, 3- Benefícios Concedidos; 4- Acompanhamento dos Acordos de Parcelamento e Aportes Previdenciários; 5- Aplicação das Leis Municipais nº 077/2022 e nº 080/2022; 6- Política de Investimentos 2023; 7- Ações Judiciais; 8- Credenciamentos 2023; 9- Nova Data da Audiência Pública; 10- Relatório de Avaliação Atuarial 2023; 11- Prestação de Contas Anual 2022 – TCE/PE.** Antes de iniciar a análise e discussão dos pontos pautados, fica registrada a escolha, por unanimidade, da Sra. Eloiza Alvanira Guedes de Sá Torres para presidir o Conselho Fiscal para o biênio 2023-2024. A Presidente eleita do Conselho abriu a reunião dando as boas-vindas aos presentes e agradecendo a participação de todos, e, em seguida passou a apresentar especificamente os pontos da pauta da reunião: **1- De acordo com os Balancetes de Receita e Despesa de Maio/2022 a Fevereiro/2023,** foram analisados e confirmados os respectivos valores expressos nos Balancetes em análise, em especial o valor de **R\$ 251.890,17** de receita total orçamentária, e **R\$ 152.771,81** de despesa total orçamentária consignados nos Balancetes de Fevereiro/2023. **2- Quanto às Aplicações e Rendimentos,** foi consignado que em Fevereiro/2023 o ITACURUBA PREV possuía recursos aplicados em 11 (onze) diferentes fundos de investimentos, sendo 74,24% em renda fixa, 8,73% em renda variável, 8,51% no exterior, e 8,52% em estruturados, ficando 98,47% sob a gestão do BB GESTÃO e 1,53% sob a gestão do ITAÚ UNIBANCO S.A, estando os investimentos de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021, atendendo, portanto, a Política de Investimentos já aprovada para 2023. De acordo com os Relatórios de Investimentos de Maio/2022 a Fevereiro/2023 ora analisados e aprovados, no mês de Fevereiro/2023 a rentabilidade dos investimentos foi de **0,04%**, correspondendo ao valor de **R\$ 8.624,10**, o que contribuiu para a consolidação da Carteira de Investimentos no valor de **R\$ 20.865.869,08**. Tendo sido apresentado o retorno dos investimentos, a Gestora de Recursos do ITACURUBA PREV registrou que no Brasil, o cenário aparentemente é de desaceleração econômica e desinflação, apesar do resultado do IPCA ter vindo acima das expectativas e uma possível mudança no comando do Bacen surgir como principal risco para o curto prazo. Os índices de baixa duration, principalmente os indexados à inflação curta, se destacaram entre as opções de investimento na renda fixa, principalmente por conta da surpresa inflacionária registrada pelo IPCA. Os prefixados de baixa duration e os pós-fixados também se destacaram no resultado acumulado do mês, ficando em linha com a meta atuarial. O IDKA IPCA 2A e o IMA-B 5 se aproveitaram da expectativa de inflação mais elevada, enquanto o IRF-M 1 e o CDI conseguiram tirar vantagem da Selic em patamares elevados. O fechamento da curva, registrada na segunda metade do mês, fez com que todos os índices de renda fixa fechassem o mês no campo positivo. Ao contrário do registrado em janeiro, a renda variável nacional apresentou elevada volatilidade, diante de uma expectativa de aperto monetário mais intenso por parte do Fed, debates internos envolvendo o quadro fiscal e os juros no Brasil, além do caso Americanas gerar uma pequena crise de crédito no país. Assim, o Ibovespa não só entregou todo o resultado registrado no mês anterior como fechou fevereiro com queda de 7,49%, totalizando uma desvalorização anual de 4,37%. Assim como a bolsa brasileira, a renda variável internacional também apresentou um comportamento completamente distinto do registrado em janeiro e fechou fevereiro em queda. Diante de uma inflação relutante na Zona do Euro e nos EUA, que levou a uma mudança de discurso por parte do Fed e de autoridades monetárias europeias, os índices acionários globais apresentaram elevada volatilidade e apesar da redução do risco de recessão global, fecharam o mês em forte queda. O S&P 500 fechou em queda de 2,61%, enquanto o Nasdaq registrou queda de 0,49% no mesmo período. Diante desse cenário, segue-se com a recomendação de exposição em ativos pós-fixados e prefixados de baixa duration, visto que a Selic elevada segue como uma grande oportunidade de bater a meta sem incorrer em grande risco. Outra estratégia interessante seria





manter o IMA-B 5 na carteira, uma vez que a inflação ainda se encontra em níveis elevados e corre sério risco de voltar a acelerar caso o fiscal não cumpra com o seu papel. Na renda variável nacional, admite-se que os múltiplos estão bastante descontados, entretanto, a curva de juros se mostra como extremamente volátil e pressionada pelo risco fiscal, dessa maneira, o valuation das companhias fica parcialmente comprometido. Portanto, manteve-se cautela quanto à uma exposição muito elevada em bolsa brasileira, mantendo posição neutra para o segmento. Em Março/2023 foram emitidas as Autorizações de Aplicação e Resgate - APR nº 009/2023 a 014/2023, referentes às aplicações no BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID (CNPJ 11.328.882/0001-35) e BB IMA-B 5 FIC RF PREVID LP (CNPJ 03.543.447/0001-03), e à migração de recursos aplicados no BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RF PREVID (CNPJ 35.292.588/0001-89) para o BB INSTITUCIONAL FI RF (CNPJ 02.296.928/0001-90). 3- Quanto aos **Benefícios Concedidos**, foi observado que o ITACURUBA PREV conta nesta data com 54 beneficiários, sendo **43 aposentados e 11 pensionistas**, sem novas concessões de benefícios. 4- No que diz respeito à regularidade dos pagamentos dos **Acordos de Parcelamento** firmados com o Município de Itacuruba, registrou-se que os Acordos 326/2017 e 752/2020 encontram-se quitados, e que o Acordo de Parcelamento CADPREV nº 1013/2022 vem sendo pago regularmente pelo Município. Quanto aos **Aportes Previdenciários** fixados pela Lei nº 064/2021, importa consignar, ainda, que os aportes previdenciários de Dezembro/2022 a Fevereiro/2023 não foram realizados tempestivamente pela Gestão Municipal, o que vem sendo objeto de cobrança pela Diretoria do ITACURUBA PREV. 5- No que tange à aplicação das **Leis Municipais nº 077/2022 (piso do magistério) e nº 080/2022 (reajuste dos professores)**, foi observado que a Gestão do ITACURUBA PREV interpretou e aplicou corretamente os dispositivos legais a sua época, de modo que os professores aposentados com paridade, que já estavam recebendo a título de remuneração, valores inferiores ao novo piso nacional, receberam como vencimento base o piso nacional estabelecido para o exercício 2022, quais sejam, R\$ 3.845,63 e R\$ 2.884,22 para 200 e 150 horas aulas, respectivamente. E aos professores aposentados com paridade que já estavam recebendo a título de remuneração, valores superiores ao novo piso nacional do magistério no exercício 2022, foram contemplados com o reajuste linear. Com efeito, a Lei nº 080/2022 atribuiu um reajuste de 33,24%, dividido em 03 parcelas mensais, sendo 11% em junho próximo passado; 11% no mês de julho e 11,24% em outubro daquele ano, sendo certo que as duas últimas parcelas ficaram condicionadas ao aumento do repasse do valor FUNDEB, o que até então não foram implantadas pelo Município. Tal interpretação e aplicação dos respectivos dispositivos legais causou estranheza em alguns aposentados uma vez que os professores ativos do Município receberam tanto o piso do magistério como a 1ª parcela do reajuste referido, diferentemente do que ditava as legislações citadas, o que impulsionou a Gestão do ITACURUBA PREV a averiguar tais fatos junto à Gestão Municipal. Em resposta, o Município reconheceu o equívoco ao estabelecer a exclusão dos beneficiários da Lei nº 077/2022 ao reajuste fixado na Lei nº 080/2022. E assim foi editada a Lei nº 083/2022, que assegura o reajuste a todos os profissionais do magistério público municipal em provimento efetivo, e por conseguinte aos professores aposentados com paridade. O ITACURUBA PREV providenciou os ajustes necessários na folha de pagamento do mês de setembro/2022. 6- Os membros do Conselho tomaram conhecimento da **Política de Investimentos 2023**, que fora discutida e aprovada no âmbito do Comitê de Investimentos e do Conselho Deliberativo. 7- No que tange às **Ações Judiciais** interpostas contra o ITACURUBA PREV, a Diretoria Executiva do RPPS informou a existência do Processo nº 0000248-60.2020.8.17.2250, que trata do pedido de concessão do benefício de aposentadoria e tramita na Vara Única da Comarca de Belém do São Francisco, e do Processo nº 0005509-64.2022.8.17.8222, que trata do pedido de celebração de convênio de consignado com a Caixa Econômica Federal e tramita no 1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Paulista. 8- Quanto aos **Credenciamentos 2023**, a Gestora de Recursos do RPPS informou que, de acordo com os dispositivos da Portaria nº 1.467/2022, os Termos de Credenciamento de 2022 têm validade de 02 (dois) anos. 9- Quanto à Audiência Pública do ITACURUBA PREV de 2022, a Diretoria Executiva do RPPS esclareceu que a respectiva audiência não pôde ser realizada no dia 09 de dezembro de 2022 em razão da incompatibilidade de datas e horários com os jogos da Copa do Mundo e com as festividades de final de ano, tendo a Diretoria Executiva optado pelo seu adiamento para o início de 2023 de modo a

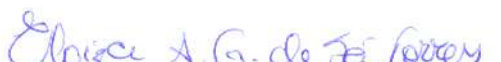


**ITACURUBAPREV**

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITACURUBA

CNPJ: 12.127.391/0001-99

conciliar com toda a programação de ações do ITACURUBA PREV. No que diz respeito a **Nova Data para a Realização da Audiência Pública 2022**, a Diretoria Executiva do ITACURUBA PREV pretende realizar a respectiva audiência no dia 14/04/2023, uma vez que toda a Prestação de Contas Anual – PCA 2022 já foi enviada ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/PE, e mais informações sobre os resultados da governança corporativa poderão ser apresentadas. **10- Quanto ao Relatório de Avaliação Atuarial 2023**, destaca-se que a Avaliação Atuarial constatou um custo normal ponderado que garante o equilíbrio do plano do momento da avaliação em diante de 31,60%, sendo 14,00% para o servidor ativo e 17,60% para o Ente relativa ao Custeio Normal, além de um déficit atuarial de R\$ 31.488.896,40 (na qual poderá ser aplicada um LDA de R\$ 11.786.934,76) que deverá ser amortizado em 33 anos mediante alíquotas suplementares conforme previstos no capítulo 14 do Relatório. Nessa toada, concluiu-se que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefício Previdenciário do Instituto de Previdência do Município de Itacuruba PE – ITACURUBA PREV, em 31 de dezembro de 2022, apresentou-se de forma equilibrada no seu aspecto atuarial, conforme comprovada a existência do Equilíbrio Técnico Atuarial, sendo que a manutenção do Plano de Custeio atual, e a manutenção do plano de amortização do déficit atuarial será suficiente para manter o ITACURUBA PREV equilibrado. **11-** Registra-se que a **Prestação de Contas Anual 2022** do RPSS foi apresentada tempestivamente junto ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/PE em 13/03/2023 e retificada em 28/03/2023. **12-** Na oportunidade, os membros do Conselho Fiscal acordaram e aprovaram o **Calendário Anual de Reuniões de 2023**, que a esta integra e que será amplamente divulgado nas plataformas do ITACURUBA PREV. **13-** Restou consignado que, através da Portaria 005/2022, o ITACURUBA PREV instituiu a realização da **Prova de Vida** para os seus aposentados e pensionistas durante o período de 10/10/2022 a 30/11/2022, atingindo 100% dos seus benefícios ativos. **14-** Importa consignar, ainda, que os membros do Conselho tomaram conhecimento dos termos dos **Relatórios de Gestão de 2021 e 2022** e dos **Relatórios de Controle Interno de 2021 e 2022**. **15-** Registra-se, por oportuno, a informação de que em 17/10/2022 o ITACURUBA PREV firmou com o Banco do Brasil contrato para o **Pagamento Eletrônico de Salários dos Aposentados e Pensionistas**, a custo zero por transação, de modo que a Diretoria Executiva pretende adotar todas as providências o mais rápido possível para sua implementação. **16-** Foi observado que atendendo aos critérios do CADPREV, o ITACURUBA PREV renovou em 10/12/2022 o seu **Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP** com validade até 08/06/2023. E por fim, ficou acordado que todo o material visto e discutido nesta reunião será disponibilizado a todos os participantes, inclusive nas plataformas de comunicação do Instituto. Nada mais havendo a ser dito, lavro a presente Ata, que será assinada por todos os presentes.

  
**Eloiza Alvanira Guedes de Sá Torres**  
Presidente do Conselho Fiscal  
Representante do Poder Executivo

  
**Rosineide Freire de Barros Carvalho**  
Representante dos Servidores Efetivos

  
**Marielza dos Santos Silva**  
Representante dos Aposentados e Pensionistas

  
**Andrêza Ferreira Borba Cantarelli**  
Diretora Presidente do ITACURUBA PREV  
Andrêza F. Borba Cantarelli  
Diretora Presidente  
ITACURUBA PREV  
Portaria 022 / 2021

  
**Poliana Carvalho de Sá Leonardo**  
Diretora Administrativa e Financeira do ITACURUBA PREV

**Poliana Carvalho de Sá Leonardo**  
Diretora Administrativa  
e Financeira  
Itacuruba PREV  
Port. 011/2017